

UMA ANÁLISE DAS REPERCUSSÕES DO PROUNI NA VISÃO DOS EGRESSOS DA UNAMA NO PERÍODO DE 2009 A 2014

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i1.1544>

Sônia Andrea Pimentel Rodrigues Ferreira

Mestranda em Políticas Públicas Educacionais pela UFPA

soniafer.pimentel@gmail.com

 <http://orcid.org/>

Ney Cristina Monteiro de Oliveira

Doutora em Educação e Professora do PPGE da UFPA

neycmo@ufpa.br

 <http://orcid.org/000-0002-8091-5213>

Recebido em: 22/05/2015 – Aceito em 27/07/2015

Resumo: O presente trabalho é um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida na Linha de políticas Públicas Educacionais que prolematiza as repercussões do Programa Universidade Para Todos-ProUni, na vida profissional dos egressos da Universidade da Amazônia-Unama, localizada na cidade de Belém do Pará. Assim, o artigo se propõe a refletir a atuação do referido Programa para os ex-bolsistas. Para tanto, faz-se necessário analisar a Política de acesso e permanência ao Ensino Superior no contexto da reforma do Estado brasileiro, na perspectiva dos organismos multilaterais, fundamentalmente o Banco Mundial, além dos efeitos da reforma do Estado brasileiro defendida e implantada nos últimos governos por meio das Políticas de acesso ao Ensino Superior. Considera-se os ainda os aspectos legais que fundamentam a criação do ProUni, os conflitos manifestados durante o processo de implantação desse Programa. As análises preliminares das informações coletadas evidenciaram as dificuldades e desafios vivenciados pelos egressos do ProUni, mas também como a política pública de acesso ao Ensino Superior no Programa tem permitido a população de baixa renda o ingresso no ensino superior. Verificou-se ainda que o Programa torna-se limitado, no que diz respeito à permanência no Ensino Superior, pois os estudantes tanto com bolsas integrais ou parciais arcam com o ônus de sua manutenção no curso, com despesas com materiais, transporte, alimentação e outros gastos. Para os egressos, o Programa contribuiu de maneira significativa para suas realizações profissionais e pessoais, com acesso ao mercado de trabalho e a bens culturais.

Keywords: access to higher education, and graduates of ProUni ProUni

Resume: This work is a cut of the dissertation developed in Public Educational policies Line that prolematiza the repercussions of the University for All Program-ProUni in the professional life of graduates of the University of Amazonia-UNAMA, located in the city of Belém do Pará. So Article intends to reflect the performance of the program for the alumni. To this end, it is necessary to analyze the Access Policy and permanence to higher education in the reform of the Brazilian state, in view of multilateral organizations, primarily the World Bank, in addition to reforming the Brazilian state advocated and implemented in recent governments through to higher education access policies. We also consider the legal aspects that underlie the creation of ProUni, conflicts manifested during the implementation process of this program. Preliminary analyzes of the data collected showed the difficulties and challenges experienced by graduates of ProUni, but also as the public policy of access to higher education in the program has allowed the low-income population the access to higher education. It was also found that the program becomes limited when it comes to staying in higher education, for students both with full scholarships or partial bear the burden of maintaining the course, with costs of materials, transportation, food and other expenses. For graduates, the program has contributed significantly to their professional and personal achievements, with access to the labor market and cultural goods.

Keywords: access to higher education, and graduates of ProUni ProUni

INTRODUÇÃO

As reflexões que seguem consistem em um recorte da pesquisa de mestrado intitulada “As repercussões do ProUni na vida profissional dos egressos da Unama”. Essa pesquisa tem como objetivo analisar as repercussões do ProUni na atuação profissional dos Egressos da Unama no período de 2009 a 2014. Neste artigo, fazemos uma síntese da pesquisa, apresentando preliminarmente alguns dados e análises que versam sobre o Programa.

O governo de Luís Inácio Lula da Silva marcou a história do ensino superior brasileiro para as camadas populares assalariadas, no que diz respeito ao acesso ao ensino superior de parte do contingente de candidatos selecionados que não foram aprovados no Enem, tem uma segunda chance a partir da criação do ProUni, ainda que seja um Programa limitado, pois os inscritos passam novamente por um concorrido processo seletivo, contudo o mesmo tem desempenhado um relevante papel nas Políticas educacionais voltado para os cidadãos de baixa renda.

A criação em 2005 do Programa Universidade Para Todos (ProUni) foi anunciado pelo Governo Federal como símbolo de “democratização da educação superior brasileira”, tendo como objetivo conceder bolsas integrais da mensalidade a estudantes universitários com renda mensal familiar per capita de até um salário mínimo e meio; e bolsas parciais (50%), a estudantes com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos em Instituições privadas.

A criação do ProUni é uma via de mão dupla, marcada por pressões sociais e interesses governamentais e privados. Logo, atende ao mesmo tempo os jovens de baixa renda e o setor privado, o que causa uma situação polêmica e desafiadora. Polêmica porque o governo é criticado por pesquisadores como Otranto(2006), Catani(2006) e Carvalho(2006) que afirmam que o governo por meio do ProUni privilegia as instituições privadas com as trocas de vagas por isenções fiscais. É desafiadora porque representa uma segunda oportunidade para as camadas populares egressas do Ensino Médio que não ingressam nas universidades públicas pelo reduzido número de vagas nestas.

Para delimitar nossa pesquisa sobre o ProUni realizamos o levantamento bibliográfico de trabalhos que examinaram as Políticas Públicas Educacionais, Políticas de Ensino Superior, o ProUni, as concepções de egressos de ensino superior, entre outros temas correlatos. Essa primeira etapa de levantamento da produção bibliográfica sobre a temática nos serviu de suporte para construir o objeto de pesquisa e definir o arcabouço teórico que nos possibilitou sua análise. A revisão da literatura nos permitiu o acesso ao material constituído principalmente de livros, artigos científicos e dissertações defendidas (PÁDUA, 2000). O acesso a artigos científicos e as dissertações e teses foi possibilitado pela bases de dados, tais como: Banco de Tese da Capes, no ScientificElectronic Library Online (Scielo), GT Educação Superior da ANPED entre outros.

Na sequência, recorreremos à abordagem qualitativa que segundo Segundo Chizzotti (2008) “[...] parte do fundamento que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Nessa perspectiva, esta pesquisa ao focar nas repercussões do ProUni na vida profissional dos egressos do Programa da Universidade da Amazônia nos possibilita analisar a relação entre a realidade do ProUni e os sujeitos que vivenciam a experiência de formação profissional no Programa.

Em nosso trajeto o estudo de caso, subsidiou os dados sobre os egressos do ProUni, visto que a utilização e análise de dados no estudo de caso Chizzotti (2008, p. 136) considera que singularidade na problemática vivenciada pelos egressos. Para justificar estudo de caso o mesmo autor considera que

Constitui-se, pois, em uma busca intensiva de dados de uma situação particular, de um evento específico ou de processos contemporâneos, tomados como “caso”, compreendê-lo o mais amplamente possível, descrevê-lo pormenorizadamente, avaliar resultados de ações, transmitir essa compreensão a outros e instruir decisões.

Ressalta Chizzotti (2008) que o estudo de caso tem o objetivo de explorar, um caso singular, situado na

vida real contemporânea, sendo contextualizado em tempo e lugar para desenvolver a pesquisa de campo de um caso particular, como dos egressos do ProUni na Unama. Diante da situação retratada que envolve a diversidade de vários cursos pesquisados, dos sujeitos oriundos de várias localidades do Estado do Pará e de outros Estados, por vezes tendo que sobreviver em condições de vulnerabilidade econômica, pois suas famílias são bem carentes conforme resposta dos pesquisados.

Considerando que o Estudo de caso exige a exploração de situações da vida real relacionada ao ProUni, adotamos como instrumentos de coleta de dados o levantamento de documentos e a aplicação de questionários a estudantes egressos do ProUni da Universidade da Amazônia. As informações coletadas a partir desses instrumentos nos permitiram descrever a situação do contexto em que a investigação foi realizada.

Como etapa subsequente formulamos os questionários que foram aplicados aos egressos da Unama. O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Para trabalhar a análise das informações coletadas por meio do levantamento de documentos e dos questionários, decidimos pela análise de conteúdo a análise documental e a análise do conteúdo. A análise documental se constitui em uma técnica para nos orientar na compreensão do ProUni e fazer inferências sobre as próprias leis que o regem e suas lacunas; a ampliação do benefício, com as alterações que vêm sendo feitas no Programa.

Com a finalidade de apreendermos a lógica contida no material coletado, equacionada aos questionários, escolhemos a análise de conteúdo, que nos possibilita desenvolver uma análise qualitativa das informações sobre o ProUni. Segundo Bardin (2006), a técnica de análise de conteúdo precisa ser operacionalizada em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. O vocábulo (léxico) pode revelar muito mais do que as unidades que compõem a análise de conteúdo, constituindo-se “uma síntese da realidade, expressando uma concepção de homem, valores e sentimentos que permitem abstrair as informações pertinentes oriundas das mensagens” (CHIZZOTTI, 2008, p.117).

Nosso recorte temporal abrangeu o período de 2005 a 2014, ou seja fase que compreende o início da Política até a fase atual. Os questionários foram aplicados aos egressos dos cursos que possuem o maior número de alunos pagantes, o que significa à concentração de bolsas de estudos nos mesmos, a exemplo do curso de Direito, Comunicação Social, Administração, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Engenharia Civil. No histórico do Programa, a concentração de bolsas obedece à sequência de cursos elencados acima respectivamente. Além disso, os bolsistas parciais (50%) do ProUni são contemplados pelo FIES, o que potencializou nossa investigação em relação ao acesso e permanência.

Desse modo, selecionamos a Universidade da Amazônia-Unama como local da pesquisa, já que em nossos estudos antecedentes, destacava-se a relevância da instituição no ProUni. Inserida no Programa, por ser uma instituição privada com fins lucrativos, e por ofertar o maior quantitativo de bolsas até 2014, conseqüentemente significava também o maior número de egressos, critérios de elegibilidade que fundamentavam nossa investigação.

Por fim, acreditamos que este artigo possa trazer elementos para o debate que incidem sobre a relevância do ProUni para os alunos de baixa renda selecionados pelo Programa. Ainda, a nível regional apresenta dados referentes a esta Política na cidade de Belém, mais precisamente na Universidade da Unama no período de 2005 a 2014, etapas relacionada ao início e ao momento vigente.

Neste artigo, primeiramente apresentamos um breve histórico dos acontecimentos que antecederam a criação do Prouni; em seguida analisamos os Marcos Legais de criação do ProUni; no terceiro tópico situamos o contexto de implantação do ProUni na Unama; por fim, apresentamos os resultados preliminares sobre o ProUni na Unama por meio dos dados quantitativos e na percepção dos sujeitos e a visão dos bolsistas egressos sobre o ProUni elencando pontos positivos e negativos.

1. Antecedentes a criação do ProUni

Ao assumir seu primeiro mandato em 2003, o presidente Luis Inácio Lula da Silva dá continuidade à reforma do Ensino Superior iniciada sobretudo no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995. Para encaminhar este processo, o governo designou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que elaborou um relatório chamado de “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para sua reforma”. No qual são apresentadas as principais diretrizes para a Reforma universitária no País (OTRANTO, 2006).

Esse GTI composto por 19 (dezenove) representantes governamentais foi incumbido de elaborar um diagnóstico sobre a Educação Superior brasileira e propor um plano de ação que promovesse a democratização desta, especialmente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). As análises apresentadas no relatório elaborado pelo grupo de trabalho admitiam a situação de crise da educação superior brasileira, especialmente nas Universidades Federais, justificadas pela crise fiscal do Estado, sem maiores aprofundamentos de sua origem, bem como a falta de capacidade gerenciamento dos recursos por parte do Estado.

Os relatores argumentaram que esta situação já atingia também as instituições privadas, que tiveram uma expansão recorde nos últimos anos, principalmente na era FHC e naquele momento se encontravam ameaçadas pelo risco da inadimplência. Para Otranto (2006), esta situação de inadimplência está associada, sobretudo aos altos valores cobrados pelas instituições privadas nas mensalidades e nem mesmo, com a aquisição de empréstimos financeiros por parte das famílias, tal quadro é revertido. Acrescenta-se ainda, o fato de que, uma crescente desconfiança em relação aos diplomas de algumas instituições privadas, já que algumas atuam na ilegalidade, o que levanta suspeita, sobre a qualidade do ensino que ofertam.

No relatório do GTI são propostas alternativas para a criação de um “mercado educacional” sob a gestão dos empresários da educação superior. Os reformistas alegam que outro tipo de propriedade deve intermediar tal processo, ou seja, outra esfera pública, não-estatal. Neste caso, a participação da sociedade civil, é fundamental nas negociações governamentais e mercadológicas, que são privilegiadas de maneira camuflada, inseridas nas parcerias público-privadas (PERONI, 2009).

Na condução do ProUni, o Projeto de Lei 3.582/2004 foi o primeiro documento oficial enviado no início de maio de 2004 ao Congresso Nacional pelos ex-ministros Tarso Genro, da Educação e Antonio Palocci, da Fazenda. Antes da votação do PL no plenário da Câmara e diante das pressões do setor privatista para alteração da proposta do governo, o presidente Lula editou, em 10 de setembro do mesmo ano, a Medida Provisória (MP) nº 213, que instituiu o Programa Universidade para Todos.

O Programa vem sofrendo várias modificações, desde a versão original, como forma de atender as exigências dos empresários do ensino superior. É notório o discurso governamental sobre a necessidade de uma política estratégica que visasse solucionar as graves deficiências apontadas pelo GTI, com o objetivo tácito de reduzir a insuficiência de oferta na educação superior brasileira.

Um dos argumentos a favor da implantação do ProUni pelo ex- ministro Tarso Genro foi que os alunos do Ensino Médio já estavam sendo atendidos, agora era a vez de garantir o ingresso da população desfavorecida no Ensino Superior, sobretudo nas instituições privadas onde sobram vagas em excesso, ou seja, as denominadas vagas ociosas. Portanto, segundo o ex- ministro a razão é que:

Ocorre que o número de matrículas no ensino médio praticamente dobrou, de 5,7 milhões para 9,8 milhões entre 1998 e 2002, conforme dados do Censo da Educação Básica do INEP/MEC, sendo que o número de matrículas na 3ª série do ensino médio, de 1.274.933 em 1996, chegou a 2.239.544 em 2002. A consequência direta destes dados é o aumento da demanda pelo ensino superior. Por outro lado, nesse mesmo período, houve uma enorme expansão da rede privada de ensino superior. Das 1637 instituições de ensino superior contabilizadas no Brasil em 2002, de acordo com o censo do INEP/MEC, 1442 são privadas e 195 são públicas, totalizando uma oferta de vagas de 1.773.087. Não obstante, 37,5% das vagas em instituições privadas, o que corresponde

a aproximadamente meio milhão, estão ociosas. Nas instituições de ensino público, a capacidade está muito mais bem aproveitada, com apenas 14.863 de vagas não preenchidas, o que corresponde a 5% (BRASIL, 2004, N° 26).

Esses dados demonstram a atual situação do ensino superior brasileiro que vem se expandindo por meio do ensino privado e define e esclarece que o argumento central para a criação do Programa consiste na existência de uma grande quantidade de vagas ociosas no setor privado e que seria preciso uma ação do governo federal para que essas vagas fossem ocupadas.

Para o ex-ministro Tarso Genro, o Programa representa uma possibilidade de reverter ou ao menos amenizar o quadro que persiste durante anos na realidade brasileira do Ensino Superior, ao mesmo tempo, que provocará a ascensão na escala educacional diante de outros países que estão à frente do Brasil, seguindo a lógica competitiva instaurada em nível internacional:

Este Projeto de Lei tem o altivo propósito de modificar a difícil realidade do ensino superior no Brasil, pois o país figura entre os países da América Latina com uma das mais baixas taxas de cobertura do ensino superior. Apesar do aumento da oferta de cursos superiores, apenas 9% dos jovens de 18 a 24 anos de idade estão na faculdade, comparado a 27% no Chile, 39% na Argentina, 62% no Canadá e 80% nos EUA (BRASIL, 2004, N° 26).

Este Programa não está isento de críticas, especialmente, por parte de pesquisadores que defendem o ensino público e gratuito. Uma delas se baseia no argumento de que os recursos que o governo deixa de arrecadar com a isenção fiscal poderiam ser utilizados na ampliação da oferta de vagas nas Universidades públicas. Todavia, isso não acontece, uma vez que o governo compra as vagas já existentes e ociosas em IES, muitas vezes, de qualidade duvidosa (CATANI E CARVALHO, 2006).

O ProUni como política pública de acesso ao ensino superior é coerente as ações governamentais tendo em vista que ao aproveitar as vagas ociosas nas instituições privadas, o governo tem ampliado o ingresso das pessoas de baixa renda ao ensino superior selecionadas pelo Programa, os beneficiários são compostos por diversos grupos sociais, a exemplo dos negros e índios, pardos, deficientes e até mesmo professores da educação básica, é um Programa que contempla a diversificação social que compõe a realidade brasileira, conforme veremos a seguir no ordenamento jurídico do Programa.

2. Os Marcos Legais de criação do ProUni

A evolução do aparato legislativo do Programa Universidade Para Todos envolve o Projeto de Lei 3.582/2004, por ser a proposta original que previa a oferta de bolsas integrais (100%) e parciais (50%) para os alunos do Ensino Médio oriundos de escola pública e professores das redes públicas de Educação Básica. O mesmo documento previa a renda fixada de um salário mínimo per capita para os bolsistas integrais e o limite máximo de três salários mínimos para bolsas parciais.

O ProUni oferece como contrapartida para as instituições privadas que disponibilizam as bolsas de estudo, a isenção fiscal. Ressaltamos que tal procedimento, permite que todas as instituições privadas com ou sem fins lucrativos sejam contempladas. Para isso, deveriam destinar 20% das vagas em forma de bolsas, no caso das IES confessionais ou filantrópicas (o que equivaleria a uma bolsa integral a cada quatro alunos pagantes). As instituições com fins lucrativos deveriam destinar 10% das vagas ofertadas em bolsas (o que representaria uma bolsa integral para cada nove alunos pagantes).

É importante ressaltar que quando o Projeto de Lei estava em processo de tramitação, no Congresso Nacional, o governo decidiu baixar a Medida Provisória nº 213 de 10/09/2004, que trouxe alterações no projeto. As mudanças no projeto de lei 3.582/2004, na medida provisória nº 213/2004 convertida na Lei 11.096/2005 do ProUni.

Neste cenário, as políticas públicas tem sido implementadas no Brasil sendo consolidadas a partir do movimento de reforma do Estado pelo Ministério da Educação (MEC), em face das diretrizes dos organismos multilaterais, o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio, traçando as Diretrizes para as políticas macroeconômicas enquanto Banco Mundial (BM) focaliza as políticas educacionais, sobretudo, o Ensino Fundamental, fracassando pela contenção de recursos (HADDAD, 2008, p.11).

Assim, tais diretrizes tiveram como finalidade ajustar os países periféricos do capitalismo à ordem do capital financeiro internacional, de modo que priorizasse a utilização do fundo público para o pagamento dos serviços da dívida, em detrimento do investimento nas políticas sociais, destacadamente nas políticas educacionais, no caso do Brasil, a privatização do ensino superior, a criação de um mercado de consumo de serviços educacionais (Idem, 2008).

Nesse contexto, a política neoliberal por meio da regulação dos organismos multilaterais vem promovendo a reforma do Estado, desde a década de 1990, uma série de reformas tem sido materializadas com vistas à reestruturação da Educação Superior, o Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado, nesse contexto, como uma das estratégias do atual governo Lula da Silva para a reforma do ensino superior brasileiro. O programa se fundamenta na parceria público-privada por meio da renúncia fiscal, em troca de concessão de bolsas de estudo pelas instituições privadas de ensino superior aos estudantes de baixo poder aquisitivo para os concluintes e egressos do Ensino Médio.

Conforme a lei 11.096 em seu art. 1º incisos 1º e 2º definem o público alvo do Programa, ou seja, quem deve receber as bolsas de estudos, sendo a Integral destinada a “brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até um salário mínimo e meio” enquanto que a Parcial será limitada a “brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até três salários mínimos”.

No Brasil, o ProUni já concedeu no período de 2005 a 2014 um total de 306,7 mil bolsas de estudos. Destas 873.648 bolsas são integrais o que corresponde a 69% e 400.017 são parciais representando 31%. Destacamos, que na região Norte, o Estado do Pará recebeu o maior quantitativo de bolsas do Programa, totalizando 25.318 beneficiados até 2014 (MEC, 2014).

3. A implantação do ProUni na Unama

A Unama foi a instituição pioneira na oferta de vagas no Ensino Superior Privado no Estado do Pará, desde 1974, conforme destaca o documento gerenciador da instituição. A instituição ressalta em sua estrutura curricular o tripé que configura uma instituição de educação Superior por meio do ensino, pesquisa e extensão na capital e interiores (PDI-2011-2015).

“Em 1988, as duas entidades educacionais (Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará – CESEP e as Faculdades Integradas Colégio Moderno – FICOM) se uniram para formar a União das Escolas Superiores do Estado do Pará, justamente com a finalidade de transformá-la na Universidade da Amazônia UNAMA” (PDI, 2011-2015), que foi reconhecida pela Portaria Ministerial nº 1.518, de 21 de outubro de 1993, passando a ter autonomia constitucional, conforme estabelecido no Art. 207, da Constituição Federal de 1988. Sediada na Cidade de Belém, estado do Pará, a Unama, criada em 1993, tem agora a União de Ensino Superior do Pará como entidade mantenedora. Em 2007, ocorreu a reforma estatutária, passando a ser uma entidade com fins lucrativos (PDI-2011-2015).

A Instituição é a única do Estado na categoria administrativa de Universidade atuante no Programa, e caracteriza-se como uma instituição privada. Em 2013, a UNAMA contava com aproximadamente nove mil alunos, conforme informações atuais adquiridas nos documentos da Instituição. Houve, notadamente, uma redu-

ção no número de alunos, que pode estar está associada à expansão de outras IES privadas, principalmente à criação de outras instituições privadas, a exemplo das faculdades e institutos. A Unama tem hoje 33 cursos de graduação e quatro mestrados (PDI, 2001-2015).

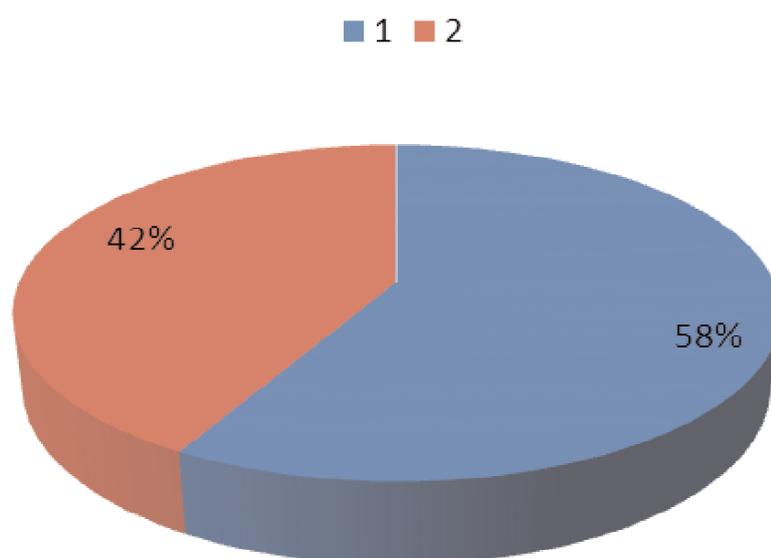
Logo, o ProUni representa a forma que o governo busca para financiar a educação da população de baixa renda. O processo seletivo de ingresso no programa é um passo fundamental, mais limitado, haja vista o preço alto dos custos materiais para a manutenção em um curso superior (passagem de ônibus, compra de livros, reprodução de cópias e outros mais), isso significa que mesmo com bolsa de estudo “gratuita” o aluno precisa garantir sua manutenção e se for bolsista parcial a situação é mais onerosa.

O panorama retratado necessita ser investigado de forma ponderada, haja vista que os jovens de baixa renda, público alvo do ProUni, conforme resultados de pesquisas anteriores de mestrado Almeida (2009), Colleoni (2012) e Costa (2012) reiteram a importância do Programa no acesso ao ensino superior, mas enfatizam as dificuldades com relação à sua conclusão dos cursos. Desse modo, acreditamos que a pesquisa qualitativa possa responder materialmente às nossas inquietações, considerando a historicidade dos sujeitos e o seu papel social do Programa.

4. Resultados preliminares sobre o ProUni na Unama: O que dizem os números e os sujeitos beneficiários do Programa?

A partir da coleta de dados, analisamos as informações a luz do referencial teórico-metodológico proposto. Constatou-se a predominância do sexo masculino sobre o feminino, conforme demonstração gráfico 1.

GRAFICO 1- GÊNERO DOS BOLSISTAS DO PROUNI NO PERÍODO DE 2005-2014 NA UNAMA

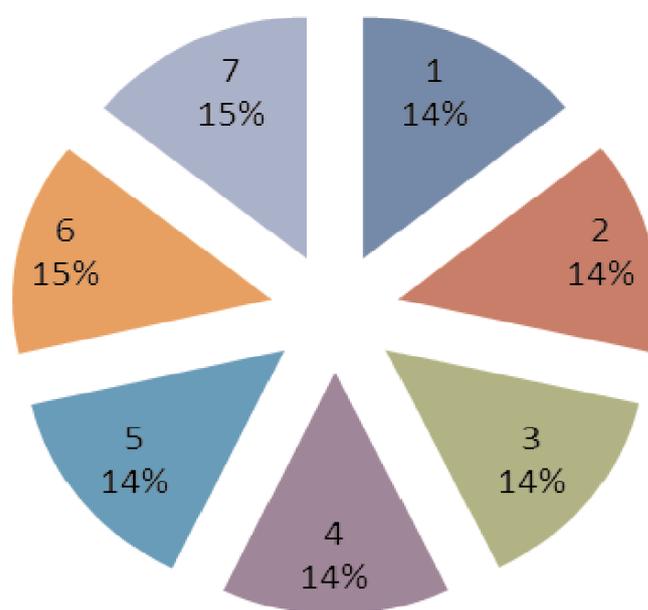


Fonte: elaborado pela autora

Entretanto, no que se refere ao gênero dos pesquisados, mesmo ocorrendo maior participação dos homens em relação às mulheres não se manifesta de maneira desproporcional.

No que se refere aos ingressantes do ProUni na Unama verificou-se que tanto que 2005 quanto 2006 o mesmo quantitativo, 11%; em 2007, foram 35% bolsistas; em 2008, temos 20%; já em 2009, o número reduziu para 11%; em 2010, foram 4%; enquanto que em 2011 obteve-se o dobro de ingressos do ano anterior, 8%.

GRAFICO 2- INGRESSANTES NO PERÍODO DE 2005 A 2011 NA UNAMA



Fonte: elaborado pela autora

Ressaltamos que o período, de 2005 a 2007 houve um ingresso de 57% de bolsistas no Programa; já no período que compreende 2008 a 2011, registrou-se 43% do quantitativo de beneficiários.

Nesse contexto, destacamos que não há criação de novas vagas, mas sim um acesso maior às vagas já cadastradas, estas quais poderiam (ou não) estar vacantes, seja por falta de recurso financeiros alunos, ou mesmo interesses destes, a sobra de vagas oportunizou a criação deste Programa seletivo para os egressos do Ensino Médio.

Desse modo, o Censo da Educação Básica 2012 registrou o total de 8.376.285 alunos matriculados no ensino médio que corresponde a 0,3% menor que em 2011(...) a rede estadual continua a ser a maior responsável pela oferta de ensino médio, com 85% das matrículas. A rede privada atende 12,7% e as redes federal e municipal juntas pouco mais que 2%". Estes dados representam um decréscimo no ensino médio neste biênio.

Nesse sentido, é pertinente conhecermos como estão sendo aproveitadas as vagas do ProUni a partir dos números de egressos na Universidade da Amazônia.

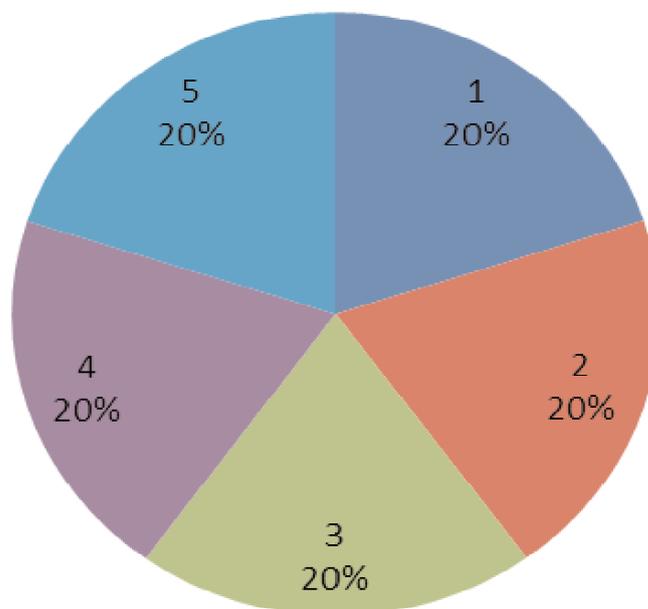


GRAFICO 3- CONCLUINTEES NO PERÍODO DE 2010- 2014 NA UNAMA

Fonte: elaborado pela autora

Os dados referentes, aos concluintes do ProUni na Unama, seguem a sequência compreende o período de 2010-2014. Logo, no primeiro ano tivemos 19% que encerraram a graduação; em 2011, observou-se um aumento de 20%, ou seja, 39%; em 2012, voltou a cair para 19%; em 2013, foram 15%; em 2014. Em síntese, o universo de concluintes por períodos, corresponde de 2010 a 2012, a 77%; enquanto que no período de 2013 a 2014 foram 23%.

Em se tratando da faixa etária dos beneficiados, temos o seguinte: de 18 a 24 anos, 11%; de 25 a 30 anos, 35%; de 31 a 40 anos, 50%; e acima de 40 anos, 4%; evidenciando assim, que as bolsas do ProUni tem se concentrado no público de idade madura, ao contrário do que é proposto pelo PNE 2014, quando preconiza a faixa etária idealizada de 18 a 24 anos, prioritariamente para ingressar no Ensino Superior.

Quando perguntado aos alunos pesquisados sobre o estado civil, os dados apontam que são predominantemente solteiros, em relação ao estado civil dos participantes, temos: 54% solteiros; 43% casados; e 3% vivem em relacionamento estável, destes aqueles que possuem filho (prole) representam 62% não têm filhos; enquanto 38% afirmaram ter.

O processo de mudanças no mundo do trabalho tem ocasionado modificações na vida social em decorrência de um estilo de vida que prima, antes de tudo, pelos estudos como forma de ascensão social equacionada à aquisição de trabalho, vislumbrando principalmente a estabilidade na vida financeira. Assim, algumas pessoas deixaram o casamento para um segundo plano. Homens e mulheres casam-se mais tarde, ou seja, constituem família geralmente na fase madura (SIS/IBGE, 2014).

Quanto à origem da instituição que cursou o Ensino Fundamental e Médio, apresentou-se o seguinte quadro: 69% estudaram na rede pública; 19%, na rede privada; e 12%, nas redes privada e pública. Mediante os dados expostos, conclui-se que o ProUni tem atendido o alvo do programa, que é o público de baixa renda

proveniente, sobretudo, de escola pública.

As instituições Públicas de Ensino Superior são criteriosas, exigindo jovens bem preparados, principalmente para ingressar nos cursos mais concorridos. E isso fica bem evidente nas respostas dos entrevistados quando perguntados sobre o número de tentativas em que não obtiveram êxito na conquista de uma vaga nas instituições de Ensino Superior, conforme nos mostram os dados que seguem: tentativas em Universidades Públicas foram 43%; 19% ocorreram em Universidades Privadas; e 38% tentaram em ambas.

Se nas universidades públicas os gastos são diversos e inevitáveis, nas instituições privadas estes devem ser maiores, tendo em vista a própria logística do estabelecimento de ensino. Logo, 43% dos pesquisados afirmaram ter suas despesas financiadas pelos pais, enquanto 33% disseram financiar o próprio estudo; 14%, o cônjuge; e, por fim, 10%, por outras pessoas. Dos ex-bolsistas, 76% confirmaram que foram convocados na primeira chamada do ProUni, contra 24% que disseram não.

A camada assalariada tem ingressado no Ensino Superior, nos cursos mais concorridos. Só em Direito foram 43%, sendo bolsa 4 bolsas parciais; Comunicação Social, 22%; Psicologia, 19%; Fisioterapia, 8% e uma bolsa parcial; Enfermagem, 5% e uma bolsa parcial; e Engenharia, 3%.

5. A percepção dos Bolsistas egressos sobre o ProUni: Pontos positivos e negativos

Ao avaliarem os pontos do ProUni, 84% os informantes alegaram que o programa oportunizou o acesso ao Ensino superior, 8% afirmaram ser a realização de um sonho, 4% concessão da bolsa teve respeitado o critério socioeconômico, 4% igualdade de Ensino. Portanto, o Programa é avaliado positivamente pelos ex-bolsistas egressos, a exemplo do ex-beneficiário curso de Direito afirmou

O Prouni é um programa governamental importantíssimo, uma vez que oportunizou o ingresso de milhares de pessoas na educação superior, em especial pessoas que não tinham condições de concorrer com os estudantes da rede privada de ensino pelas vagas ofertadas nas universidades públicas. Então mostram-se como pontos positivos a oportunidade às pessoas de baixa renda do ingresso ao ensino superior; uma ferramenta de transformação social; oportuniza, na maioria dos casos, o acesso à educação superior de qualidade; e muitos outros.

No período de 2005 a 2014 constatamos que do total de número de inscritos que correspondeu a 12.667.262 em relação ao total de bolsas de estudos ofertadas no mesmo período que foi de 2.227.038 que representa somente 17,58% do total do número de inscritos, temos um desequilíbrio entre a procura e a oferta, visto que 10.440.224 pessoas de baixa renda que firmam sem ter acesso ao ensino superior. Em todo o período analisado, a demanda de inscritos apresentou um crescimento de 1.490.746, o que significa um aumento de 352,81%.

Esta relação de incluídos/excluídos reflete o que Rizo (2010) adverte sobre o estabelecimento da dinâmica inclusão/exclusão dos alunos bolsistas atendidos pelo Programa Universidade Para Todos (ProUni), o autor considera na fala dos bolsistas o sentimento de satisfação pela inserção do aluno no programa, entretanto, tal fato, não significa inclusão, mesmo tendo acesso ao ensino superior, pois o programa é paradoxal, já que, ao mesmo tempo possibilita o prosseguimento dos estudos, a camada oriunda do Ensino Médio de escolas públicas, que não obteve êxito sendo, excluídos em outros processos seletivos, sobretudo, das instituições públicas.

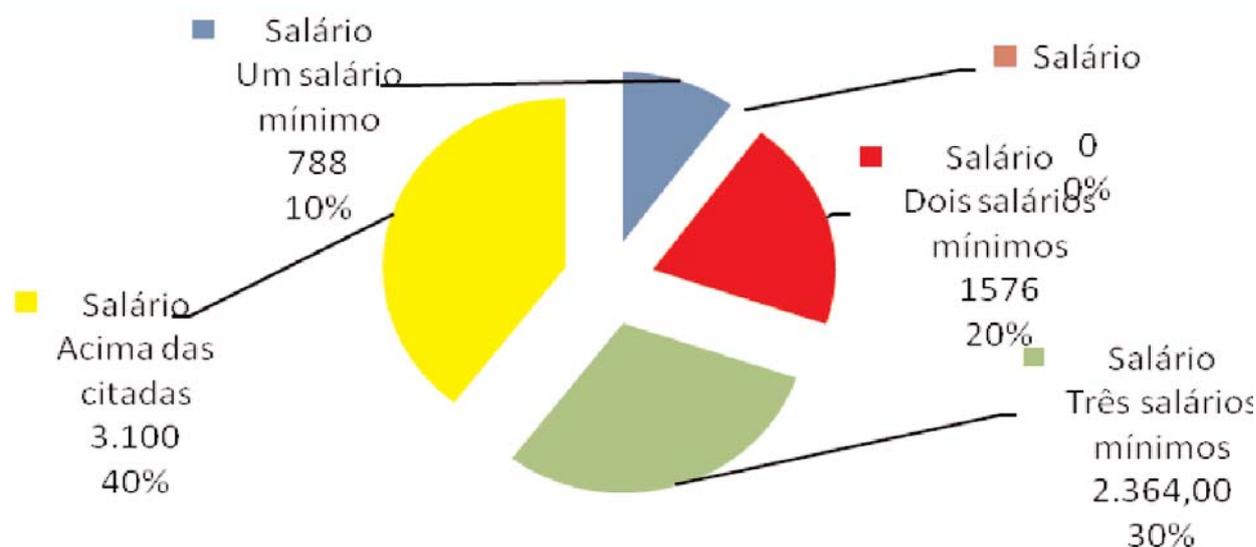
O processo de mudanças no mundo do trabalho tem ocasionado modificações na vida social em decorrência de um estilo de vida que prima, antes de tudo, pelos estudos como forma de ascensão social equacionada à aquisição de trabalho, vislumbrando principalmente a estabilidade na vida financeira. Assim, as pessoas

deixaram o casamento para um segundo plano. Homens e mulheres casam-se mais tarde, ou seja, constituem família geralmente na fase madura (SIS, 2014).

O gráfico abaixo nos revela que após a conclusão dos estudos na graduação, os bolsistas tiveram maximizadas suas oportunidades de emprego e renda.

Gráfico 4- Distribuição da faixa salarial dos egressos do ProUni

Fonte: elaborado pela pesquisadora com as respostas dos egressos.



A distribuição da faixa salarial bruta dos egressos após a inserção no mercado de trabalho obtiveram aumentos em seus rendimentos, permitindo-lhes autonomia financeira e ajuda nas despesas de seus familiares. Deste montante, após 1(um) ano do término dos estudos, 62% já estavam atuando no mercado de trabalho; de 1(um) a 2(dois) anos, 14%; os que já trabalhavam constituem 5% ; passados 4(quatro) anos, 19% . Do universo dos respondentes, 35% trabalham em órgão publico; 10%, em Empresa; 10%, em escola; 10%, 5% em hospital; e 7%, em outros.

Conforme relatos dos pesquisados, após a conclusão do Ensino Superior, as oportunidades de emprego são diversas, isso significa que o investimento na educação representa aquisição do capital intelectual e financeiro. Mesmo com a limitada qualidade da Educação Básica da Escola Pública do Estado do Pará, por descaso dos governantes com a educação de um modo geral.

No que diz respeito aos pontos negativos sobre o ProUni, suas insatisfações foram representadas assim: 16% afirmaram que a fiscalização do governo é falha para a distribuição das bolsas ao público alvo, ou seja, aos não carentes, 16% denunciaram a impossibilidade cursar outro curso de maior carga horária regular por burocracia da instituição que estavam matriculados, 16% permitir o acesso do aluno de baixa renda, sem dar condições materiais, 4 % criticaram a ausência de benefícios que pudesse ser remunerado para o bolsista e que tivesse retorno à comunidade, 4% ausência de assistência estudantil de municípios distantes, 4% revisão dos critérios para oferta da bolsa de 50%, visto que, o aluno é praticamente obrigado a contratar o Fies para manter-se no curso, incompatibilidade de uso da bolsa com outro benefício de financiamento (monitoria e estágios), 8% cancelamento da bolsa por aumento da renda, 8% Discriminação com os bolsistas, 8% nenhuma, 4% Dificuldades de transferência de curso e horário para outra instituição.

A realidade de muitos ex-bolsistas do ProUni, vindos do interior e de outros estados conforme os dados evidenciados para não perder a oportunidade de cursar o Ensino Superior, mudam de seus locais de origem, passando por vezes por diversas dificuldades. Esta situação é retradada por Zago (2006, p. 233):

[...] os jovens dispostos a investir em sua formação fazem esforços consideráveis para pagar a mensalidade do cursinho, geralmente freqüentado em período noturno e em instituições com taxas mais condizentes às suas possibilidades financeiras, ou em cursos pré-vestibulares gratuitos.

Notadamente, o ingresso ao ensino superior desponta para uma nova realidade até certo tempo cobrada, mas pouco possibilitada para a camada popular, este universo cria um “novo” aluno (idem, 237). Entre os pontos negativos relatados pelos bolsistas está a discriminação sofrida pelos alunos por serem do Programa na Universidade, o que nos chamou atenção, mas não nos surpreendeu, pois as instituições privadas tem um público alvo definido, ou seja, as pessoas pagantes, logo não é para todos, entretanto, o ProUni como um programa de caráter social que concede bolsas de estudo nestas instituições modifica a realidade dos alunos egressos do ensino médio quanto da própria instituição de ensino superior.

O mesmo informante do curso de Direito apontou como ponto negativo “A pouca fiscalização, o que resulta em fraudes, em especial no acesso de pessoas que não fazem parte do público alvo do programa”.

Desta feita, supomos que tem sido branda a fiscalização para os beneficiários que recebem a bolsa de estudos, contemplando quem não cumpre os critérios do Programa. Em contrapartida, os benefícios trazidos pelo Programa são maiores que suas limitações, pois a influência vida social deste informante foi significativa a medida que “O programa criou condições para que eu pudesse ascender socialmente, uma vez que me preparou para ingressar no mercado de trabalho. Após a graduação, passei a fazer parte da classe média e a compor renda com os meus pais, o que permitiu uma melhora social para toda a família” (egresso do curso de Direito).

Logo, o Programa tem proporcionado contribuições significativas para os selecionados das classes assalariadas de escolas públicas ingressantes no ProUni, sobretudo quando relacionamos com o gráfico 4, o qual evidencia a mudança de vida para os egressos, no tocante ao emprego, renda, aquisição de capital cultural e social.

Em síntese, destacamos no diz que respeito ao caráter de inclusão social que é proposto pelo Programa a importância, para os egressos de escola pública, visto que 65% dos informantes são oriundos da mesma, são da cor parda destacamos que conforme seus depoimentos, uma pequena parcela de ex-bolsistas afirmaram vivenciarem situações de discriminação na Universidade, foi mencionado as dificuldades conseguir estágios ou mesmo manter o equilíbrio com os estudos. Para os egressos o Programa significativa mudança de vida profissional, à medida que com após a conclusão do curso ingressaram no mercado de trabalho, o que demonstra a relevância do ProUni como Política Pública Educacional de acesso ao ensino superior no Estado do Pará, na cidade de Belém.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que o Programa tem passado por diversas mudanças em sua legislação desde sua origem até os dias atuais. Nosso objetivo é refletir o ProUni na concepção dos ex-bolsistas. Logo, com base no referencial teórico e das análises preliminares dos egressos ficou evidente que os alunos sente-se gratos pelo ingresso e conclusão do curso no Programa, a aquisição da bolsa de estudos do ProUni decorre de um processo seletivo criterioso sendo beneficiário aqueles que obtiveram as maiores notas Enem, logo o aluno que é selecionado supomos que tem um preparo significativo para ser contemplado pela bolsa de estudos do Programa, principalmente se a bolsa almejada for para a modalidade presencial, centradas na capital do Estado do Pará em cursos mais concorridos que possuem demandas elevadas para ingressar nas instituições privadas.

Conhecermos a avaliação que os egressos fazem Programa é importante porque nos possibilita conhecermos os limites e as possibilidades de abrangência da Política. A “democratização” do acesso aos egressos do ensino médio ao ensino superior para das classes menos favorecidas economicamente trouxe as estes ex-alunos muitas oportunidades na vida social, pessoal e profissional, a exemplo da aquisição de estágios remunerados que representaram importantes rendimentos para si, haja vista a minimização de gastos com transportes, alimenta-

ção, custeio de materiais didáticos.

Nesse sentido, o ProUni tem sido uma Política de acesso ao ensino superior de forma limitada e ao relevante para os cidadãos escolhidos de baixa renda ao processo seletivo da Política social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Aparecida de. Universidade Para Todos. O Prouni na visão dos bolsistas de uma instituição de Ensino Superior. Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O ProUni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 27, n. 96 – Especial, p. 979-1000, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a16v2796.pdf>> Acesso em: maio, 2009.

CATANI, Afrânio M.; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato S. P. PROUNI: Democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? *Educar*. Curitiba, n. 28, p.125-140, 2006.

COLLEONI, Cristini. A educação superior no contexto do prouni. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste. São Paulo, 2012.

COSTA, Fabiana Almeida. O ProUni e seus egressos: Uma articulação entre educação, trabalho e juventude. Tese de doutorado, Potifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

HADDAD, Sérgio (Org.). Banco Mundial, OMC e FMI: O Impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez; Ação Educativa, 2008.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OTRANTO, Célia R. A reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), 29. 2006. Caxambu (MG). Anais... Rio de Janeiro: ANPEd, 2006. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-1791--Res.pdf> Acesso em: 14 de abr.2014.

PERONI, Vera M. Vidal; BAZZO, Vera Lucia; PEGORARO, Ludimar; COSTA, Áurea de PIRES, Valdemir. Economia da educação. Para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

PÁDUA, Elizabete M. M. de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000.p.31-51.

PERONI, Vera M. Vidal; BAZZO, Vera Lucia; PEGORARO, Ludimar; COSTA, Áurea de PIRES, Valdemir. Economia da educação. Para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

RIZZO, L. A. Entre a realidade e a possibilidade: proUni e a dinâmica inclusão. Dissertação de mestrado, Universidade Nove de Julho-Uninove. São Paulo, 2010.

Síntese dos indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população Brasileira. Rio de Janeiro, 2014.

UNAMA. Plano de desenvolvimento Institucional(PDI 2011-2015). Reitoria, 2010.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no Ensino Superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*. v. 11. n. 32, maio/ago. 2006.

_____. Medida Provisória nº 213, 10 set. 2004. Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni – regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 out. 2004. Disponível em: www.presidencia.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/mpv/213.htm Acesso em: abril de 2014.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. [Conversão da MPv nº 213, de 2004]. Institui o Programa

Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 14.1.2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm Acesso em: 07 ago. 2014.

_____. Exposição de Motivos Interministerial n.26 e Projeto de Lei- Minuta de projeto de Lei, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI). (Tarso Fernando Herz Genro- Ministro de Estado da Educação e Antonio Palocci Filho-Ministro de Estado da Fazenda). Brasília, DF, 04/28/2004.

BRASIL. Ministério de Educação. Portaria Nº 301, de 30 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade Para Todos – Prouni. Diário Oficial da União. Brasília, DF, ed. 22, 31 jan. 2006. Disponível em: http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=40&Itemid=122.

_____. _____. Revista ProUni. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prouni>. Acesso em: 05 jun. 2009

_____. _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP). Portaria nº 06, de 02 de fevereiro de 2005. Disponível em http://www.inep.gov.br/download/Enem/2005/Portaria_Enem_2005.pdf Acesso em 20 dez. 2009.

_____. _____. _____. Informativo. Brasília, Ano 4, n. 126, 03 fev. 2006. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/informativo/informativo126>. Acesso em: 25 fev. 2008.